



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto*

SS

**Recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 299497-0-  
Comarca do Recife**

**Agravantes:** Jair Francisco dos Santos e outros.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO SALARIAL. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Na esteira dos reiterados precedentes deste Sodalício e do STF, inexistente direito adquirido a regime de composição salarial, sendo possível a modificação para o futuro do regime de vencimentos do servidor público. 2. É possível a redução da gratificação por meio de lei, desde que a normativa não afete o princípio constitucional da irredutibilidade salarial. 3. Impossibilidade de majoração da gratificação vergastada. 4. Recurso de agravo à unanimidade improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 299497-0, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 10 de outubro de 2013

Juiz Demócrito Reinaldo Filho – Relator substituto



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Salvino Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo nos embargos de declaração na apelação cível nº 299497-0-  
Comarca do Recife**

**Agravantes:** Jair Francisco dos Santos e outros.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa proferida nos embargos declaratórios na apelação cível nº 299497-0, que negou provimento aos aclaratórios, para manter a incolumidade da sentença recorrida, no sentido de obstar a restauração do pagamento da Gratificação de Função Policial, calculada no percentual de 225% (duzentos e vinte e cinco por cento) dos vencimentos dos ora agravantes.

Segundo os agravantes, esta decisão estaria a merecer retratação, ou submissão integradora perante o colegiado competente, uma vez que fazem jus ao pagamento da Gratificação de Função Policial calculada no percentual de 225% dos seus vencimentos, nos termos da Lei Estadual nº 11.568/98.

Alegam ainda que em razão da Lei Estadual nº 12.635/04, a Gratificação de Função Policial teria suprimido percentual no montante de 125% (cento e vinte e cinco por cento), requerendo, ao final, o provimento do integrativo, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

**VOTO**

Os argumentos trazidos à baila pelos agravantes não são capazes de convencer sobre o postulado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

A Lei Estadual nº 12.635/04, em seus artigos 9º, 10 e 11, apenas introduziu nova forma de cálculo da remuneração dos Agentes da Polícia Civil e de outros cargos correlatos da Secretaria de Defesa Social, não importando qualquer redução nominal dos valores percebidos, abaixo transcritos.

Art. 9º. O vencimento base dos servidores públicos civis, detentores do cargo de simbologia de níveis relacionado no Anexo VII da presente Lei, bem como os proventos de aposentadoria ou pensões pertinentes, passam a ter os seus respectivos valores nominais expressos de conformidade com o disposto no retromencionado Anexo.

(...)

Art. 10. Aos servidores públicos civis referidos no artigo anterior, será atribuída Gratificação de Risco pelo Exercício de Função Policial, instituída pela presente Lei, cujo valor nominal será o mesmo do respectivo vencimento base do nível efetivo do cargo.

(...)

Art. 11. Observado o disposto nos arts. 9º e 10 anteriores ficam extintas as gratificações ou adicionais relativos a risco de vida, curso de aperfeiçoamento inerente, auxílio moradia, incentivo policial, função policial e parcela autônoma de vantagem pessoal, percebidas pelos servidores públicos civis referidos nos prenominaos arts. 9º e 10 desta Lei, por incorporação dos seus respectivos valores nominais ao vencimento base e à gratificação ora instituída a estes servidores.

(...)

Inferre-se da leitura de tais dispositivos que houve apenas uma reestruturação na remuneração da categoria de servidores da qual participam os agravantes, com a incorporação de diversas parcelas remuneratórias ao salário base, dentre as quais, a Gratificação de Função Policial, extinguindo-as enquanto parcelas autônomas e a instituição da Gratificação de Risco pelo Exercício de Função Policial, em percentual de 100% sobre o vencimento base do cargo ocupado.

Desse modo, tendo em vista que a Lei Estadual 12.365/04 instituiu apenas uma modificação na forma de cálculo da remuneração dos agravantes, com garantia da irredutibilidade salarial, não deve ser acolhida a alegação de que teriam direito adquirido à percepção da Gratificação de Função Policial no percentual de 225% (duzentos e vinte e cinco por cento) sobre a remuneração básica.

Ademais, resta pacificado no Supremo Tribunal Federal e nesta Corte de Justiça o entendimento no sentido da ausência de direito adquirido à imutabilidade do regime jurídico de composição salarial por parte dos servidores públicos, desde que respeitado o *quantum* remuneratório, conforme se verifica no caso em apreço, sendo possível a modificação para o futuro do regime de vencimentos do servidor público, confirmam-se precedentes adiante ementados:

O Plenário da Corte, ao apreciar a questão dos reajustes postulado, reiterou o entendimento de que não há direito adquirido a vencimentos de funcionários públicos, nem direito adquirido a regime jurídico instituído por lei (RE 171139/DF, rel. Min. Maurício Correa, DJ de 01/09/1995).

Servidor público estadual: "estabilidade financeira": é legítimo que por lei superveniente, sem ofensa a direito adquirido, o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Ademais, não havendo "decesso de remuneração", não cabe a invocação da garantia da irredutibilidade de vencimentos. Precedente: RE 233.958, Sepúlveda Pertence, 1a T, DJ 17.09.99 (AI-AgR 465090/PE, rel. Min. Sepúlveda Pertence, T1, DJ de 23/04/2004).

Neste sentido, colaciono precedentes do STF e STJ adiante ementados:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. DIREITO ADQUIRIDO. Lei 7.923/89. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIO-X. I. - Gratificação incorporada aos proventos, por força de lei. Sua redução numa posterior majoração de vencimentos e proventos, sem prejuízo para o servidor, que teve aumentada a sua remuneração. Inexistência de direito adquirido, na forma da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. II. - Ressalva do ponto de vista pessoal do relator deste. III. - R.E. conhecido e provido (STF, RE 293606/RS, T2, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 14/11/2003).

556

É firme a jurisprudência do STF no sentido de que a garantia do direito adquirido não impede a modificação para o futuro do regime de vencimentos do servidor público. Assim, e desde que não implique diminuição no quantum percebido pelo servidor, é perfeitamente possível a modificação no critério de cálculo de sua remuneração (STF, RE 241884/ES, T1, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 12/09/2003, e no mesmo sentido STF, RE 317686 AgR/MG, T2, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 01/08/2003).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ALTERAÇÃO NA FORMA DE COMPOSIÇÃO SALARIAL. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Não há direito adquirido a regime jurídico, sendo possível, portanto, a redução ou mesmo a supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias, desde que preservado o valor nominal da remuneração. Precedentes. 2. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento (RE 593711 AgR / PE, T2, rel. Min. Eros Grau, DJ de 17/04/2009).

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 10 de outubro de 2013

*Juiz Demócrito Reinaldo Filho*  
**Relator substituto**